

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.695 - MG (2019/0246498-3)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **CONSAVEL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA - MASSA FALIDA**
ADVOGADOS : **DALTRO DE CAMPOS BORGES FILHO - SP143746A**
DIANA VAL DE ALBUQUERQUE SILVA - MG139452
THIAGO PEIXOTO ALVES - SP301491A
SERGIO SOUZA DE RESENDE - MG111955N
JÚLIA PEROCCO PAZETTI - SP356195
RECORRIDO : **UNIAUTO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA - MASSA FALIDA**
RECORRIDO : **CONSORCIO NACIONAL LIDERAUTO LTDA - MASSA FALIDA**
ADVOGADO : **SÉRGIO MOURÃO CORRÊA LIMA - MG064026**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. NÃO OCORRÊNCIA. JUÍZOS CÍVEL COMUM E FALIMENTAR. DEMANDA RELATIVA À QUANTIA ILÍQUIDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO EM QUE ESTIVER SENDO PROCESSADA A AÇÃO DE CONHECIMENTO.

1. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. Tratando-se de demanda cujos pedidos são ilíquidos, a ação de conhecimento deverá prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, não havendo falar em competência absoluta do Juízo Falimentar para apreciar e julgar a demanda, nos termos do artigo 6º, § 1º, da Lei n. 11.101/2005. Súmula 568/STJ.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por CONSAVEL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA - MASSA FALIDA, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 01/03/2019.

Concluso ao gabinete em: 23/08/2019.

Ação: declaratória de nulidade de transferência gratuita de ativos ajuizada por UNIAUTO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA - MASSA FALIDA e CONSORCIO NACIONAL LIDERAUTO LTDA - MASSA FALIDA, em face da recorrente.

Decisão interlocutória: rejeitou as preliminares deduzidas pela recorrente em contestação.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela recorrente.

Recurso especial: sustenta violação do art. 76, da Lei 11.101/2005, 489 e 116 do CPC/15. Sustenta que houve negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que o Tribunal de origem deixou de se manifestar, fundamentadamente, sobre matérias essenciais ao deslinde da controvérsia, em que pese ter oposto o devido recurso integrativo. Aduz que todo credor da falida que tenha pretensão de satisfazer seu crédito, deve ser submetido ao procedimento falimentar, de modo que o juízo empresarial é incompetente para o julgamento da ação. Afirma, ainda, que há necessidade de se incluir o BACEN no polo passivo da demanda, pois liberou e autorizou o processo que culminou com a transferência da administração dos grupos de consórcio.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da violação do art. 489 do CPC/15

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 489 do CPC quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que concerne à ausência dos requisitos necessários para a configuração do litisconsórcio passivo unitário - demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, procedimento que é vedado pela Súmula 7/STJ. No mesmo sentido: AgInt no AREsp 1.354.305/PR, 3ª Turma, DJe 14/02/2019, AgInt no AREsp 1.048.208/MS, 4ª Turma, DJe 25/09/2019.

- Da competência do juízo em que estiver sendo processada a ação de conhecimento nas demandas relativas à quantia ilíquida (Súmula 568/STJ)

O STJ possui entendimento uniforme, segundo o qual, nos termos do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005 - tratando-se de demanda cujos pedidos são ilíquidos (não importando o momento da decretação da falência), a ação de conhecimento deverá prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, não havendo falar em competência absoluta do Juízo Falimentar para apreciar e julgar a demanda. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.355.386/SP, 3ª Turma, DJe 29/09/2014, AgInt nos EDcl no REsp 1.617.538/PR, 4ª Turma, DJe 07/12/2016 e CC 122.869/GO, 2ª Seção, DJe 02/12/2014.

Forte nessas razões, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa parte, NEGO-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. art. 932, III e IV, “a”, do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora